

GRADA KILOMBA – MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE RACISMO COTIDIANO. RIO DE JANEIRO, COBOGÓ, 2019

Clebiane Santos da Silva e Silva

A partir de testemunhos de mulheres negras, numa escrita que emerge de um ato político, Grada Kilomba propõe, para além de uma reflexão que poderia se limitar a espaços acadêmicos (já que o livro é também sua tese de doutorado), uma discussão acerca da atemporalidade do racismo enquanto projeto engendrado nas teias do colonialismo, destacando suas manifestações nos eventos ordinários da vida cotidiana.

Há que se dizer do caráter transformador, e por que não dizer transgressor-emancipador da autora, em deixar claro para quem terá acesso aos seus escritos, já na *Introdução*, que ela será quem descreve sua própria história e não aquela cuja história será por outrem descrita; ela será a oposição absoluta do que o projeto colonialista predeterminedou, ao deslocar-se de *objeto* de pesquisa a *sujeito* dela.

Numa produção cuidadosa, plena de intencionalidade e atenta à informatividade do texto, Kilomba em todo tempo colabora com a aceitabilidade do público leitor, ao participá-lo das motivações da escrita, das opções metodológicas que guiaram o trabalho, bem como de sua preocupação em trazer para a linguagem utilizada a urgência de novas terminologias que desmontem o que ela designa como linguagem colonial. Por essa razão, a edição brasileira traz uma carta da autora, antes da *Introdução*, com observações e problematizações inerentes a termos da Língua Portuguesa. A palavra *negra/o*, por exemplo, deriva da palavra latina para a cor preta, *niger*. Entretanto, após o início do que Kilomba chama de expansão marítima portuguesa (para não usar a expressão “Descobrimientos”) a palavra passou a ser usada nas relações de poder entre a Europa e a África e aplicada aos africanos para definir seu lugar de inferioridade. Por isso, ela opta por escrever o termo em itálico e em letra minúscula: *negra/o*, já que no português, essa diferenciação parece não ter sido feita.

Nesse contexto, no primeiro capítulo, a pesquisadora inicia suas discussões reivindicando o direito à fala, por muito tempo usurpado de corpos escravizados. Para tanto, ela traz à memória de quem se puser a ler seu texto a imagem da “Escrava Anastácia”, para pôr em relevo a máscara, instrumento de tortura e silenciamento, que ao mesmo tempo suscita questões: por que a boca do

sujeito *negro* deve ser amarrada? Por que ela/ele deveria ficar em silêncio? O que ela/ele teria a dizer? O que o sujeito branco teria a ouvir? A autora, assim, enfatiza a apreensão de que corpos colonizados falem, aqueles corpos negros, lidos pela branquitude como seus opostos, marcados com a ferida da *Outridade* que, segundo Frantz Fanon, provém não apenas de experiências familiares, mas também do contato traumatizante, violento e bárbaro com o mundo branco que, pela irracionalidade do racismo, coloca sujeitos *negros* como “Outros”, incompatíveis, estranhos, conflitantes, incomuns.

No capítulo seguinte, ao referenciar Gayatri C. Spivak, Grada Kilomba também interroga se “a subalterna pode falar”, para dizer de um *sujeito* que se vê diante de estruturas de opressão que não permitem que sua voz seja ouvida, nem proporcionam um espaço para sua articulação. Dessa forma, a autora problematiza a neutralidade da academia, onde brancas/os desenvolveram discursos teóricos nos quais *negras/os* foram construídos como outras/os, onde africanas/os estão em subordinação absoluta ao sujeito branco. Fundamentada em Stuart Hall, Patricia Hill Collins e Nkweto Simmonds, Kilomba assevera que dentro das salas dos centros acadêmicos, sujeitos negros foram objetos de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos, com uma epistemologia que, em vez de refletir um espaço heterogêneo para a teorização, reflete os interesses específicos da sociedade branca. Por essa razão, temas, paradigmas e metodologias que que se dão fora dessa arena têm sua validade e legitimidade em todo tempo questionadas. Em referência pessoal, a autora afirma ser comum ouvir pessoas avaliarem sua pesquisa acerca do racismo cotidiano como interessante, mas pouco científica, com “perspectiva demasiado subjetiva”, ou ainda “muito emocional”, o que ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem. Assim, a autora explicita a urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento, demandando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, uma vez que quem fala, podendo-se dizer também quem pesquisa, o faz de um tempo e lugar específicos, de uma história e de uma realidade específicas, não podendo haver, então, discursos neutros.

No terceiro capítulo, para demarcar o recorte da pesquisa que deu origem ao livro em epígrafe, a autora traz à luz o racismo cotidiano – todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro não só como “Outra/o”, mas também como *Outridade*, ou seja, como a personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca – para evidenciar que nele não há

ataques únicos ou eventos discretos, mas um padrão contínuo de abusos que se repete incessantemente em diferentes lugares e ocasiões. Nesse contexto, a pesquisadora, amparada em Paul Mecheril, opta metodologicamente pela *pesquisa centrada em sujeitos*, por meio da qual ela se propõe a examinar experiências, autopercepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito, a saber, mulheres negras de idade e classe social semelhantes às dela, na intenção de gerar conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias, valorizando a experiência de quem conhece as dores do racismo. Fica evidente, nesse caso, que Kilomba escolhe rejeitar o distanciar-se dos seus “objetos de pesquisa”. Ela recorre a Philomena Essed para se posicionar como uma intelectual que se coloca no campo de uma “subjetividade consciente”, por discordar do ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa. Dessa forma, a escritora realiza entrevistas não-diretivas baseadas em narrativas biográficas analisadas por ela de maneira episódica, considerando os diferentes contextos nos quais o racismo é performado. Importante salientar que a forma de análise escolhida por Kilomba permitiu que ela apresentasse suas trajetórias de análise em forma de conto, o que, além de subverter o modelo acadêmico tradicional de escrita, se constitui como uma excelente estratégia de conquista da atenção do público leitor, estrategicamente convidado a um diálogo com o texto.

As análises das entrevistas começam a ser apresentadas no capítulo quatro, quando a autora demarca a interseccionalidade entre raça e gênero, para destacar um racismo que, além de se realizar em acontecimentos cotidianos, também é genderizado, protagonizado por duas mulheres participantes da pesquisa. No quinto capítulo, ela faz referência às *novas formas de racismo* apontadas por Gilroy, para afirmar que o que antes se pautava na inferioridade/superioridade dos sujeitos, agora se move para o campo da cultura e da diferença. O racismo, portanto, muda seu vocabulário, provando não ser um fenômeno estático e singular, mas plural e mutável.

Nos capítulos seguintes, partindo de questões caras à pauta racial, Kilomba trata de temáticas que vão desde as políticas do cabelo (evidenciando-o como uma declaração política de consciência racial – capítulo 6); às políticas sexuais (para interrogar a imagem da mulheridade negra, segundo Stuart Hall, como um duplo de “doméstica assexual e obediente” e “prostituta primitiva sexualizada” – capítulo 7). Essas questões também perpassam as políticas da pele (para defender imagens “positivas” e “não idealizadas” da negritude, criadas pelo

próprio povo *negro* – capítulo 8); o trauma da palavra (para dizer da agonia do racismo expelida em sensações corporais – capítulo 9) e a segregação e o contágio racial (para refletir sobre a guetificação e a exploração econômica de pessoas negras – capítulo 10). Para além dessas questões, a autora também traz à luz a performance da negritude (sobre a imposição que se dá sobre os sujeitos negros de provarem sua excelência, principalmente quando em posições e espaços de prestígio – capítulo 11); o suicídio (para refletir sobre a conexão entre o racismo e a morte – capítulo 12); e a cura e transformação (sobre a superação das feridas do racismo cotidiano – capítulo 13).

No décimo quarto capítulo, tecendo cuidadosamente suas considerações últimas, Grada Kilomba, amparada mais uma vez em Frantz Fanon, retoma o aspecto do trauma, da ferida causada pelo racismo cotidiano, criticando os discursos ocidentais e as disciplinas da psicologia e, em particular, da psicanálise por negligenciarem a história da opressão racial e as consequências psicológicas sofridas pelas/os oprimidas/os. Ela, então, explora as diferentes categorias de trauma dentro do racismo cotidiano – o choque violento; a separação imposta pelo sentimento de ruptura social; e a atemporalidade, capaz de fazer com que passado e presente coexistam ao colocarem sujeitos negros, mesmo em dias atuais, de volta em cenas de um passado colonial. A autora, por fim, direciona a atenção do público leitor para uma sequência de mecanismos de defesa do ego que os sujeitos negros atravessam rumo à conscientização de sua negritude: a negação, a frustração, a ambivalência e a identificação. Esse processo, posto em relevo, culmina num estado de descolonização no qual não mais existe a *Outridade*, mas sim a tomada de consciência de que negras e negros são *Sujeitos*, são quem descreve, quem narra, autoras/es e autoridade de sua própria realidade; antes silenciados, “pessoas desaparecidas”, agora pessoas falantes, que estão transformando a teoria.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.